

SINDSEF

SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

151

ABR/MAI 2014



FILIADO À **COIDSEF**



Dilma precisa reajustar os salários!

A inflação volta a corroer poder de compra dos trabalhadores

Págs. 03



Cobrir de solidariedade a greve da Cultura e dos demais setores do funcionalismo público

Págs. 04 e 05

EDITORIAL

Banana a preço de ouro!
Pãozinho, que preçoão!
E a carne? Mistura não é para pobre não!
Pág. 02

GIRO NOS ÓRGÃOS

Meio Ambiente, MTE e as assembleias em Bauru e Marília.

Págs. 06 e 07

ATIVIDADES

VII Encontro de Aposentados, 1º Encontro Nacional de Negros e Negras e o 1º de maio na Sé

Pág. 08

Curta Sindsef-SP no facebook



www.sindsef-sp.org.br



Banana a preço de ouro! Pãozinho, que preço! E a carne? Mistura não é para pobre não!

Quem vai ao mercado toda semana pode observar que a inflação está voltando cada vez mais forte. O aumento dos produtos da cesta básica foi mais sentido pelos que ganham menos, pois gastam maior percentual de suas rendas para se alimentar. Sem reajuste nos salários, e, com os preços subindo, a vida do trabalhador brasileiro vai ficando cada vez mais difícil. A cada mês vemos que temos menos dinheiro para as nossas necessidades e as de nossas famílias.

Enquanto isso, para garantir o lucro dos bancos, o governo vem aumentando a taxa de juros, que só no último ano subiu de 7,25 para 11%. Assim, já no primeiro semestre de 2014 o lucro do Bradesco subiu 18%. Neste compasso seguem as outras instituições financeiras.

Esta contextualização é importante, porque nós, servidores federais temos que entender porque o governo se recusa a negociar conosco. O mesmo governo que garante o lucro do capital, não concede aos servidores sequer a reposição das perdas inflacionárias.

Para a realização da Copa do Mundo o governo investiu mais de R\$ 30 bilhões. Para evitar os protestos, a bancada governista no congresso tenta aprovar o PLC 722/2011 que criminaliza mais ainda as lutas e trata manifestantes como terroristas. Estes ataques vêm junto com as perseguições e punições aos lutadores, como acontece

no serviço público, com a abertura de PAD's persecutórios e o cerceamento de participação dos servidores em atividades sindicais.

Para garantir as políticas aplicadas, o governo federal tem aliados importantes nos governos estaduais, que se utilizam da polícia militar para reprimir com violência os trabalhadores que ousam se manifestar e exigir direitos básicos como saúde, educação, moradia, transporte e tantos outros. O tratamento covarde dado aos manifestantes retrata a truculência de governos antidemocráticos. A polícia Militar, usada na repressão dos manifestantes e, compreendida como resquício da Ditadura, precisa ser desmilitarizada já!

Nós, a classe trabalhadora, sabemos que o caminho necessário é o das lutas e enfrentamentos para denunciar as contradições do sistema. Temos que questionar, por exemplo, por que importamos metade do trigo consumido no país? É certo o modelo agrário exportador de monocultura que o governo fomenta no campo? Por que não há investimento na agricultura familiar e na reforma agrária? O patrimônio público brasileiro está sendo bem gerido? Os casos de corrupção são isolados ou endêmicos?

No Capitalismo as crises são cíclicas, o sistema é anárquico e o lucro é o objetivo maior. Para obtê-lo, os donos do Capital fazem qualquer negócio: arroçam salários, dilaceram o meio

ambiente, priorizam o agronegócio, escravizam trabalhadores, matam índios, vendem o patrimônio nacional. A desordem favorece a rouboalheira, a corrupção e a expropriação da riqueza. No jogo dos interesses vale tudo, como no mensalão que comprou a Reforma da Previdência, verdadeiro golpe nos direitos dos trabalhadores, conquistados com muita luta.

Nossa conscientização sobre o funcionamento do sistema capitalista e seus mecanismos de controle das crises nos permite lutar para superá-lo, de modo consequente.

Para melhorar as condições de vida dos trabalhadores propomos o congelamento dos preços dos produtos da cesta básica, o aumento real de salários, a suspensão do pagamento da dívida interna e a derrota da inflação combatendo as taxas de lucros dos grandes bancos e empresas.

Precisamos de mulheres e homens com sensibilidade para lutar juntos, pois os objetivos dos trabalhadores são unos! Conquistar uma vida mais digna! Uma sociedade mais justa e igualitária, respeitando as diferenças e diversidades.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014 FEVEREIRO MARÇO

	R\$ 36.063,56	R\$ 71.772,43
SALDO INICIAL		
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 201.643,79	R\$ 201.036,74
DESPESAS		
ADMINISTRATIVO (Despesas com mudança, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 19.736,36	R\$ 16.586,59
FUNCIONÁRIOS (Rescisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 52.612,47	R\$ 56.415,02
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 24.025,98	R\$ 38.614,90
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 29.375,38	R\$ 28.456,23
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 6.486,00	R\$ 100,90
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 3.916,43	R\$ 3.713,60
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 23.687,62	R\$ 23.591,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 2.373,68	R\$ 1.561,46
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 3.721,00	R\$ 5.142,37
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 165.934,92	R\$ 174.182,69
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 35.708,87	R\$ 26.854,05
SALDO FINAL	R\$ 71.772,43	R\$ 98.626,48

**FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO!
ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.**

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Dilma precisa reajustar os salários!

A inflação volta a corroer o poder de compra dos trabalhadores a partir do aumento no preço dos alimentos. O aumento da cesta básica em alguns lugares superou 10%. O pão francês, por exemplo, teve um aumento de 14%, enquanto o tomate subiu 32,85%. Já a batata teve elevação de 35,05%, o feijão-carioca 11,81%, e hortaliças e verduras 9,36%.

Os gastos com saúde também aumentaram consideravelmente, reflexo do reajuste nos preços dos planos de saúde e dos remédios de forma geral.

Calcula-se, ainda, que metade das famílias brasileiras sofrerá com o aumento superior a 10% nas contas de luz previsto anteriormente para o ano que vem, mas que deve ocorrer ainda em 2014.

Dados do Banco Central mostram aumento recorde do endividamento das famílias. Segundo o banco, 45,86% do orçamento familiar é destinado ao pagamento de dívidas com os bancos.

Neste contexto, os servidores públicos seguem com a remuneração corroida. O reajuste concedido pelo governo federal em 2012 e parcelado em três anos, não recompõe o poder aquisitivo da categoria. Se considerarmos o IPCA acumulado durante os anos de 2011, 2012 e de 2013, já verificados, e a projeção de 2014 a inflação acumulada no período será de 26,55%. Para 2015, a projeção de inflação também se posiciona acima da meta, tanto no cenário



de referência como no de mercado.

Os servidores públicos vêm buscando dialogar com o governo no sentido de abrir as negociações sobre a reposição das perdas salariais. O governo, porém, tem se mostrado irredutível, numa intransigência que não se vê quando o trato é com banqueiros, empresários, latifundiários, ou com a FIFA.

Desde o início do ano, eclodiram lutas e mobilizações em todo o país, como os protestos contra o aumento das passagens e contra os desmandos da Copa. No carnaval, os garis comoveram o Brasil e conquistaram o aumento de seus salários. Seguiu-se uma onda de greves e lutas por melhores condições de vida e trabalho, como a dos Rodoviários de Porto Alegre (RS), do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj).

No serviço público, os setores da

educação novamente saíram na frente. Tanto a FASUBRA quanto o SINASEFE já deflagraram greve por tempo indeterminado. O ANDES-SN segue em mobilização crescente

e realiza nova paralisação nacional dia 21 de maio. O setor da Cultura já tem indicativo de greve aprovado para o dia 12 de maio. Os servidores do Judiciário também realizaram uma semana nacional de mobilização para a construção da greve.

Que as mobilizações se ampliem e que os ventos que vem do Sul cheguem ao Brasil! A Argentina parou no dia 10/04 por conta de uma greve geral convocada pela maioria das centrais sindicais do país. A paralisação teve como pauta os reajustes salariais, o combate à inflação e o aumento da aposentadoria. Motivos não faltam para os trabalhadores brasileiros seguirem o exemplo argentino e intensificarem as lutas por melhores condições de vida!

Dilma precisa fazer Reforma Agrária!



Para baixar o preço dos alimentos é preciso fazer reforma agrária no campo e fortalecer a agricultura familiar.

O governo deve tornar a reforma agrária prioridade de governo, com a obtenção de mais terras para assentamento de trabalhadores e ampliação dos programas de apoio técnico, tecnológico e de financiamento da agricultura familiar.

As terras destinadas à reforma agrária devem ser utilizadas para produzir alimentos para o povo. Assim, os recursos públicos hoje voltados para a agricultura no país (incluindo financiamento das safras), devem ser alocados prioritariamente na produção de alimentos (comida) para o povo e não de grãos e carne para exportação.





Fortalecer a Campanha Salarial

A pesar das diversas iniciativas dos Servidores Públicos Federais (SPFs), que buscam desde janeiro abrir um canal de negociação, o governo continua insensível às justas reivindicações da categoria, se recusando a atender a pauta da Campanha Salarial.

As exigências são básicas: direito à data-base, política salarial permanente, regulamentação da negociação coletiva, paridade entre ativos e aposentados, entre outras.

Devido ao calendário apertado com as eleições e a copa do mundo, o funcionalismo antecipou as mobilizações. Para aumentar a pressão, alguns setores já deflagraram greve. O pontapé inicial foi dado pelos técnico-administrativos das universidades públicas, em greve desde 17 de março, organizados pela Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras).

Já os servidores dos institutos federais de educação, organizados pelo



Servidores carregam bandeira e boneca "Dil-má" do Sindsef-SP na Marcha em Brasília, no dia 07/05.

Sinasefe (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica) cansados do descaso aderiram ao movimento paredista em 21 de abril. Assim, novamente a educação sai na frente, como na histórica greve de 2012.

A expectativa é que outros setores

fortaleçam a greve. Os servidores da Cultura cruzam os braços por tempo indeterminado a partir de 12 de maio. O Judiciário Federal já está parado em três estados: Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e os servidores de São Paulo devem aderir ao movimento no dia 15. Ainda neste dia, os

servidores do INSS e da saúde federal planejam paralisação de 24 horas. Os docentes das universidades, organizados pelo ANDES-SN (Sindicato Nacional Dos Docentes Das Instituições De Ensino Superior) prometem parar no dia 21 e decidirão em plenária (24 e 25/05) a possível adesão à greve.

Atividades em Brasília

A 3ª atividade da campanha salarial unificada do funcionalismo, realizada na capital federal, em 07/05, reuniu milhares de servidores, entre eles a delegação do Sindsef-SP. O protesto também contou com a presença de trabalhadores da empresa pública Imbel (Indústria de Metal Bélico do Brasil) que estão em greve, e do Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia).

Os ativistas saíram da Catedral e seguiram até o Ministério do Planejamento. Ali se somaram as delegações da Fasubra e Sinasefe, que desde a madrugada já bloqueavam todas as entradas do MPOG.

Sem alternativa, o secretário de Relações do Trabalho, Sérgio Mendonça, e o secretário de Educação Superior do MEC, Paulo Speller, receberam uma comissão formada pelas entidades que representam os setores que estão em greve nacional.

Na reunião, Mendonça reafirmou que não houve mudança quanto ao atendimento das reivindicações. No entanto, assumiu o compromisso de voltar a consultar as instâncias superiores para discutir a abertura de negociações e até 22 de maio apresentar uma resposta aos grevistas.

Do lado de fora a manifestação continuava. Paulo Barela, da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, criticou as prioridades do governo federal e as políticas de isenção fiscal para setores do empresariado. "Nesse governo, quem ganha são os empresários e a Fifa... O governo federal investiu 34 bilhões de reais na Copa do Mundo, mas sequer negocia a reposição das perdas salariais dos servidores... É hora de pegarmos o exemplo dos garis do Rio de Janeiro, dos rodoviários de Porto Alegre, e de muitas outras categorias pelo país para unificar nossas lutas e avançar na conquista de direitos".



Delegação do Sindsef-SP na Marcha em Brasília, no dia 07/05.

CARAVANA DA EDUCAÇÃO - No dia 06/05, cerca de dois mil trabalhadores do setor da educação federal promoveram um expressivo ato em frente ao Ministério da Educação (MEC), em Brasília. O protesto contou com a participação dos estudantes da ANEL (Assembleia Nacional dos Estudantes Livres) e da Oposição de Esquerda da UNE. Os manifestantes cobraram mais recursos para educação (10% do PIB) e negociação sobre a pauta de reivindicações, mas o ministro José Henrique Paim, se negou a recebê-los.

Cobrir de solidariedade a greve da Cultura

Como parte da Campanha Salarial Unificada 2014, em assembleia realizada no dia 05 de maio, os servidores do Ministério da Cultura (MinC) e autarquias vinculadas no Estado de São Paulo aprovaram a deflagração de greve por tempo indeterminado a partir do dia 12 de maio. O setor ajuda a fortalecer a greve no serviço público, iniciada pela Fasubra e pelo Sinasefe.

O movimento da cultura no estado envolve o Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), o Ibram (Instituto Brasileiro de Museus), que inclui o Museu Lasar Segall, a Funarte (Fundação Nacional das Artes), a Cinemateca Brasileira e, ainda, representação da Biblioteca Nacional e do MinC.

A greve vai chamar atenção para o estado de calamidade que se encontra a cultura brasileira. Os servidores pre-

tendem fazer protestos nos museus, bibliotecas e acervos, mostrando aos turistas estrangeiros que, no país da Copa do Mundo, a cultura é colocada de escanteio.

Desvalorização da Cultura – A desvalorização da cultura se traduz na Biblioteca Nacional literalmente caindo aos pedaços, nos museus em situação precária, nos acervos mal conservados, e ainda, na má remuneração dos funcionários, na crescente terceirização e no aumento dos servidores temporários.

Essa situação ocorre porque não é dada a devida importância ao setor por parte do governo, que destina apenas 0,6% de seu orçamento para o MinC, enquanto gasta quase 45% da arrecadação para o pagamento de juros e amortizações das dívidas interna e externa, segundo a Auditoria

Cidadã da Dívida.

Reivindicações da greve – O movimento paredista exige o cumprimento dos acordos firmados com a categoria desde 2007 e avanço na negociação das reivindicações unificadas da cultura.

O objetivo da greve é regatar a pauta histórica da categoria, com destaque para um plano de recomposição salarial tomando como referência a tabela da ANCINE, para a aplicação da “retribuição por titulação” e por um plano de “racionalização dos cargos”. Isso é importante porque se estima que os baixos salários da pasta sejam a causa da evasão de 55% dos novos concursados. Outro eixo fundamental é a garantia da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.



Servidores aprovam greve na Cultura em São Paulo.

Foto: Lara Tapety/Sindsef-SP

A mobilização está sendo construída para lembrar ao Estado que a cultura também deve ser uma prioridade, sem ela, não há educação de qualidade.

A assembleia aconteceu no Iphan, com a presença de servidores de autarquias no MinC e de diretores do Sindsef-SP, acompanhados pelas assessorias de comunicação e jurídica.

12 de junho – Abertura da jornada de mobilizações “Na Copa vai ter luta!”

Com a proximidade da Copa do Mundo, os encaminhamentos aprovados durante o Encontro Na Copa Vai Ter Luta, do Espaço Unidade de Ação, já estão sendo colocados em prática. Vários setores estão em greve e em diferentes estados crescem as mobilizações pedindo recursos públicos para investir em saúde, educação, moradia, transporte público e reforma agrária, no mesmo padrão dos estádios – o padrão FIFA.

A atividade ocorreu em São Paulo, no dia 22/03, com mais de 2500 ativistas, que aprovaram o manifesto “Carta de São Paulo: Vamos voltar às ruas – Na Copa vai ter luta” e um calendário de mobilizações. (leia em www.sindsef-sp)

É preciso apoiar, intensificar e unificar as lutas contra a política do governo que privilegia poderosos e impõe situação de penúria à maioria da população. Neste



Zé Maria, da CSP-Conlutas, no Encontro Na Copa Vai Ter Luta.

Foto: Fábria Corrêa/Sindsef-SP

sentido, em 15 de maio - Dia Internacional contra as Remoções da Copa - a juventude, representada pela ANEL, ocupa as ruas para protestar contra as injustiças da Copa do Mundo e contra a criminalização dos movimentos sociais.

No dia 12 de junho, ocorre em todas as grandes cidades do país a abertura da Jornada de Mobilizações “NA COPA VAI TER LUTA”.

PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES:

- 10% do PIB para a educação pública, já! 10% do orçamento federal para a saúde pública, já!
- Suspensão imediata do pagamento das dívidas externa e interna! Dinheiro para a moradia popular e para o transporte coletivo! Tarifa zero já! Transporte e moradia são direitos de todos!
- Chega de arrocho salarial e desrespeito aos direitos da classe trabalhadora! Fim do fator previdenciário! Aumento das aposentadorias! Anulação da reforma da Previdência de 2003 e do Funpresp!
- Respeito aos direitos dos trabalhadores assalariados do campo e agricultores familiares! Reforma agrária e prioridade para a produção de alimentos para o povo!
- Chega de privatizações! Reestatização das empresas privatizadas! Petróleo e Petrobras 100% estatal! Estatização dos transportes!
- Basta de machismo, racismo, homofobia e transfobia!
- Respeito aos direitos dos povos originários, quilombolas e indígenas!
- Basta de violência, repressão e criminalização das lutas sociais! Desmilitarização da PM! Arquivamento de todos os inquéritos e processos contra movimentos sociais e ativistas! Liberdade imediata para todos os presos! Revogação das leis que criminalizam a luta dos trabalhadores e da juventude! Ditadura nunca mais!



ÁREA AMBIENTAL GANHA DESTAQUE NA MÍDIA POR FALTA DE REGULARIDADE NOS PAGAMENTOS E POR DENÚNCIAS DE FRAUDE

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) deixou de cumprir com o pagamento de salários de trabalhadores terceirizados, que atuam no serviço de vigilância e de limpeza, e também com o pagamento a fornecedores. A denúncia foi publicada pelo site de notícias do Jornal O Globo, em 30 de março.

De acordo com a matéria, a situação atingiu principalmente a sede do órgão e unidades de conservação do Rio de Janeiro, Tocantins, Bahia e Amazônia. Em Brasília, as copeiras ficaram sem o vale-transporte que compõe a remuneração mensal. Ainda segundo o jornal, em vários estados, o ICM-Bio chegou a ficar mais de dois meses sem quitar contas de água, luz e telefone.

Porém, após as denúncias do calote, como em um passe de mágica os pagamentos foram liberados e os contratos quitados. Mas será que

os problemas acabaram?

Difícil acreditar, pois a falta de estrutura afeta diretamente o desempenho das atribuições dos servidores do instituto, que pouco podem fazer para fiscalizar a área onde estão lotados. Também faltam verbas para investir em pesquisas e para o envio de equipes para fiscalização.

Outra situação preocupante é em relação ao uso de arma de fogo. Os fiscais ambientais funcionam como agentes da polícia no serviço de proteção das Unidades de Conservação e apesar de receberem um treinamento para portar armas de fogo, nem sempre o fiscal está preparado para fazer uma abordagem armada.

Enquanto isso, no país do futebol... Durante a copa do mundo, mas somente nos dias de jogos na região, o ICMBio usará seus servidores para realizar mutirões nos Parques Nacionais e maquiagem o atendimento. Tudo para inglês ver!



Foto: Norberto Sousa/Divulgação Ibama

MAIS ESCÂNDALOS...

DEU NA MÍDIA - No dia 29 de abril, a superintendência do Ibama de Santarém/PA foi fechada pela Polícia Federal, que investiga o favorecimento a empresas madeireiras, fraudes, corrupção e desaparecimento de processos. A operação culminou no afastamento temporário do gerente do órgão, Antônio Hernandes Torres Júnior.

Segundo o jornal da região, "O Impacto", o Ibama também sofreu uma

intervenção administrativa para auditoria interna, devido denúncias de desaparecimentos de vários documentos, incluindo processo de AIA (Auto de Infração Ambiental). A unidade voltou a funcionar parcialmente no dia 05 de maio, mas as investigações continuam.

O Sindsef-SP espera que todos os fatos sejam apurados e os envolvidos punidos com o mesmo rigor usado pelo governo para punir os trabalhadores que lutam por seus direitos.

Não calarão os que ousam lutar!

A conclusão do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) instaurado contra o Secretário Geral do Sindsef-SP e servidor do Ibama, Carlos Daniel Gomes Toni, resultou na suspensão e corte do salário do servidor por 30 dias. O Sindsef-SP questiona esta punição e acredita se tratar da tentativa de coroação do forte processo de assédio moral enfrentado pelo dirigente

sindical, que esteve à frente das principais lutas travadas pelo sindicato, em defesa dos direitos dos servidores públicos federais.

Em caráter emergencial, o sindicato emprestou ao servidor o valor descontado e está tomando as medidas cabíveis para reverter o processo. Este tema será pautado na próxima assembleia estadual da entidade.

A instauração de PADs deveria ser um procedimento utilizado pela administração pública para apurar se houve infrações do servidor e aplicar punições cabíveis, quando necessário. No entanto, o excessivo número de PADs que assola diferentes setores do serviço público indica que este procedimento está sendo usado como

ferramenta para perseguir e assediar os ativistas sindicais. Aliás, esta tem sido a política do governo federal, que se recusa a negociar e tenta desmobilizar os trabalhadores.

Este meio utilizado pelo Governo Federal, de promover frequentemente aberturas de PAD's tem como objetivo não só atacar os ativistas sindicais, mas impor um regime de medo aos servidores para silenciá-los em relação aos desmandos, desvios e à corrupção. Utilizam o discurso da moralidade para perseguir e tentar silenciar os que lutam, os que se rebelam! Assédio moral e perseguição são armas utilizadas contra os que se rebelam contra a política de sucateamento e contra os crimes contra à Administração Pública.

Curiosamente, as punições atingem sempre os ativistas que estão em enfrentamentos nos seus locais de trabalho e que não se calam diante de evidências de irregularidades. Em um curto espaço de tempo este é o terceiro caso de suspensão de dirigentes sindicais do Sindsef-SP.

No caso do Ibama, nos últimos meses, o órgão tem dificultado a organização e a luta dos trabalhadores, negando, por exemplo, a liberação de ponto para participação em atividades sindicais.

O Sindsef denunciará esta postura anti sindical em todos os fóruns do movimento e usará de todos os instrumentos possíveis para tentar reverter esta situação.



Foto: Fábria Corrêa/Sindsef-SP



MTE

QUANDO A OMISSÃO CAUSA CONSEQUÊNCIAS

“Se esse estádio não fosse da Copa, os auditores teriam feito um auto de infração por trabalho precário, paralisando a obra. Estamos fazendo de conta que não vemos algumas irregularidades”, afirmou o superintendente regional do Trabalho e Emprego em São Paulo, Luiz Antônio Medeiros, ao jornal Folha de S.Paulo. Ele se referia ao Itaquero, estádio que vai receber a Copa do Mundo. A afirmação de Medeiros refletiu uma triste realidade que diz respeito à falta de preocupação dos governos com a vida dos trabalhadores em detrimento ao lucro dos grandes empresários.

No “país das maravilhas” de Dilma, o MTE não fecha os olhos apenas para os problemas nas obras da Copa, mas também para as péssimas condições de trabalho e segurança dentro do próprio órgão federal que fiscaliza as empresas, o que até gerou uma autuação do Contru (Departamento de Controle do Uso de Imóveis) no ano passado. Nenhuma medida obrigatória foi adotada, mantendo os servidores e usuários em grande risco de acidente.



Corpo é retirado de local do acidente no Itaquero.

O Sindsef-SP solicitou, por meio de ofício protocolizado no órgão, cópias dos alvarás de funcionamento desses edifícios, mas não houve resposta.

A situação se agrava a cada dia. A falta de condições de trabalho, o sucateamento do órgão e a escassez de trabalhadores concursados têm contribuído para a insatisfação geral, tanto dos servidores, quanto da população. Quando fechávamos esta edição os trabalhadores do MTE estavam, por

exemplo, há dois dias sem internet.

O descontentamento é inevitável com os problemas na prestação de serviço. Só é possível conseguir atendimento para o Seguro Desemprego 01 mês após a solicitação, Registro Profissional 02 meses e Carteira Profissional para estrangeiros, depois de 05 meses.

Isso ocorre porque há uma gigantesca evasão no quadro de pessoal, sem que haja reposição suficiente para preencher os inúmeros cargos vagos. Muitos servidores se aposentaram e acredita-se que cerca de 80% dos novos concursados pediram exoneração, em busca de melhores salários e de condições dignas de trabalho. O último concurso público realizado nem de longe atende a demanda.

Por outro lado, é possível observar tentativas de aprofundamento da precarização do trabalho, traduzida na terceirização. Além disso, segue a ameaça de substituição de servidores com a implantação de CAT's (Centro de Apoio ao Trabalho) dentro da SRTE, como já ocorre na GRTE/Zona Oeste e GRTE/Zona Norte.

HAITI: SERVIDORES E SINDSEF-SP SE SOLIDARIZAM COM A SITUAÇÃO DOS IMIGRANTES

Os servidores do MTE se dobraram para realizar o mutirão para emitir carteiras de trabalho para os haitianos recém-chegados na capital paulista. Em um único dia, foram emitidas e entregues 110 carteiras.

O governo federal mantém a ocupação militar no Haiti com a desculpa esfarrapada de “ajuda humanitária” para reconstruir o país. Quatro anos depois da tragédia, mais de 350 mil haitianos ainda vivem em barracas improvisadas em Porto Príncipe, sob precárias condições de higiene e alimentação.

Fugindo da miséria e da violação dos direitos humanos, os haitianos buscam o Brasil.

Com a chegada de centenas de haitianos em São Paulo, o ministro do Trabalho decidiu fazer mutirão para emissão de Carteiras Profissionais. Mas, não levou em consideração os problemas estruturais e a falta de condições de trabalho existentes no órgão. Vale lembrar que isso leva à demora da emissão da CTPS para estrangeiros, pois este setor só há três servidores.

Como os haitianos, milhares de imigrantes no Brasil passam o sufoco para conseguir trabalhar com dignidade. É preciso que o governo Dilma respeite todos os trabalhadores, inclusive estrangeiros, a começar pela retirada das forças armadas do Brasil do Haiti. O povo não precisa de repressão. O Haiti precisa de médicos, enfermeiros, pedreiros; e não de soldados!



Foto: Fábria Corrêa/Sindsef-SP

Mutirão para emissão de carteira profissional para os haitianos.

INTERIOR Assembleias em Bauru e Marília

Em abril, o Sindsef-SP realizou assembleias nas cidades de Marília e Bauru, interior paulista, para debater a campanha salarial, levar informes jurídicos, entre outros assuntos de interesses da categoria.

No ponto que tratou da campanha salarial, os diretores falaram sobre as mobilizações em Brasília e no estado, a intransigência do governo, a construção do movimento grevista e a importância de fortalecer as mobilizações em curso para conquistar as reivindicações dos SPFs.

Os ativistas lembraram aos presentes, que em 2012 a presidente Dilma também falava que não tinha recursos para conceder reajustes aos servidores públicos, mas a força da mobilização da categoria impôs uma derrota política ao governo e conquistou o acordo vigente.

O sucateamento da maioria dos órgãos públicos e a falta de condições de trabalho e de servidores também entraram na pauta. Outro assunto abordado



Ismael Souza, diretor do Sindsef-SP, na assembleia.

pelo Sindsef-SP, foi a importância do combate permanente ao assédio moral.

Todos estes pontos, além da incansável luta pela paridade, estão contemplados na pauta de reivindicação dos SPFs. Na avaliação da diretoria, para mudar o quadro caótico e conquistar melhorias salariais é preciso intensificar a campanha salarial.

Ao final, foram apresentados os informes jurídicos sobre o andamento das ações coletivas, inclusive a ação civil contra o aumento da GEAP, que foi julgada improcedente em primeira instância. O departamento jurídico do Sindsef-SP já recorreu da sentença e aguarda a decisão do tribunal.

Foto: Carlos Daniele/Sindsef-SP



Encontro de aposentados e pensionistas fortalece a organização do setor

O VII Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas, em 25/04, contou com espaço para discussão, formação política e também para confraternização.



Dinâmica realizada durante o encontro.

O evento começou com a exibição de um breve balanço das atividades e a presença dos aposentados nas mobilizações.

Duas ativistas que deixarão eternas saudades foram homenageadas: Maria de Lourdes Grossi, que faleceu em 23/04/14 e Joana Amorim, que morreu no final de 2013.

Na sequência, a assistente social Rosi Silva abordou diferentes aspectos do envelhecimento com a palestra sobre “Envelhecer ativamente”. Estudos indicam que em 25 anos o Brasil será o 6º país com maior população de idosos e as mulheres serão maioria neste grupo.



Foto: José Silva Souza

Aposentados e pensionistas posam para a foto ao final do primeiro dia de atividades.

Os participantes contribuíram com o debate relatando situações do cotidiano e opinando sobre as mudanças necessárias para a valorização dos idosos.

Logo após, o advogado César Lignelli, apontou os ataques do governo aos direitos dos aposentados demonstrando como a criação de Gratificações de Desempenho ou Produtividade

de são usadas para driblar a paridade, funcionando como ferramentas para dar legalidade a diferenciação entre ativos e aposentados.

O encontro terminou com um animado e contagiante baile da terceira idade, durante a festa os amigos se cumprimentavam com fortes abraços que transmitiam uma mensagem silenciosa de força e carinho.

1º Encontro de Negras e Negros amplia o debate contra opressão racista

A presença de 1500 pessoas no 1º Encontro Nacional de Negras e Negros da CSP-Conlutas demonstra que a combinação da luta de classe com o combate ao racismo está se ampliando na central. O Sindsef-SP participou ativamente da construção deste encontro.

Um ato político marcou a abertura do evento, realizado em 21 de março - Dia Internacional de Combate ao Racismo, uma data especial para o povo negro.

A presença de dois ativistas sul-africanos, o estudante Thando Manzi, e o representante da organização sindical dos metalúrgicos NUMSA, Hlokoza Motau, deu um caráter internacionalista ao encontro. Os ativistas destacaram as semelhanças entre o Brasil e África do Sul, relatando que o apartheid ainda se expressa na falta de oportunidades iguais para negros e não negros e criticaram os gastos com a Copa de 2010, que em nada contribuiu para diminuir as desigualdades sociais no país.

As intervenções realizadas durante o encontro resgataram a luta e a resistência do povo negro. A vitoriosa greve dos garis, no Rio de Janeiro, é o exemplo mais recente



Foto: CSP-Conlutas

Plenária do Encontro de Negras e Negros da CSP-Conlutas. dessa força e disposição.

Mas os que tombaram em combate ou vítimas do racismo não foram esquecidos. Muitos se emocionaram ao som da palavra de ordem “Claudia pode esperar a morte a PM vai pagar!”, uma alusão à mãe de família negra que foi arrastada por uma viatura da PM pelas ruas do subúrbio do Rio.

Após apreciação do plenário foram aprovadas duas resoluções, uma de combate à violência racista e a criminalização dos movimentos sociais e da pobreza; a segunda sobre a organização de negras e negros na estrutura das bases dos movimentos sindicais, estudantis e populares.

1º de maio na Sé resgata caráter classista



Foto: Lara Tapety/Sindset-SP

Diretores, servidores da base e funcionários do Sindsef-SP participam do ato na Sé.

Na Praça da Sé, o ato referente ao Dia do Trabalhador, retomou o verdadeiro sentido de luta da data. Não foi uma festa cheia de sorteios e bandas conhecidas pela massa, como os “atos” da CUT e da Força Sindical, que mais pareceram palanques eleitorais do PT ou do PSDB.

Na praça, houve intervenções dos movimentos populares, apresentações artísticas engajadas e falas de representantes sindicais e de organizações políticas.

Dirigentes de movimentos sociais relataram as lutas por terra e moradia, denunciaram os despejos e remoções realizados por conta da Copa do Mundo e a criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e da negritude. Além disso, enfatizaram o combate às opressões: machismo, racismo, homofobia e transfobia.

A atividade foi construída pela CSP-Conlutas, junto ao Fórum das Pastorais Sociais da Arquidiocese de São Paulo, Intersindical, Sindicato dos Metroviários de São Paulo, movimentos populares e partidos como PSTU, PSOL e PCB, dentre outras organizações da esquerda.